



C/C CCDRLVT

Câmara Municipal de Odivelas

03 04 2014  
Entrada/2014/8953

À

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória

Rua Guilherme Gomes Fernandes

2675-372 ODIVELAS

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência  
OF/392/2014/DRO/DRAPLVT

**ASSUNTO:** Elaboração do PDM de Odivelas – Concertação ao parecer final da Proposta de Plano –  
Versão alterada do Regulamento

Relativamente ao assunto em epígrafe, após analisadas as alterações decorrentes do parecer final à Proposta de Plano e da reunião de concertação, remetidas a esta DRAPLVT, via e-mail, em 26-02-2014, constata-se que a maior parte das questões foram acatadas. No entanto, mantém-se a nossa discordância relativamente ao seguinte:

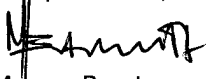
No Espaço Agropastoril (Artº 20), a versão alterada do Regulamento não acolhe o nosso parecer, prevendo a edificação da habitação do agricultor, em parcelas com área superior a 1 ha, em vez dos 2 ha de área mínima, propostos pela DRAPLVT. Esta nossa posição é reforçada pelos estudos técnicos da CCDR, que enquadram a revisão de outros PDM da AML, onde a habitação apenas tem sido permitida numa parcela mínima de 4ha, podendo ir até aos 2 ha e preferencialmente para o agricultor. Deste modo, a DRAP mantém o seu parecer.

O ponto 5 do artº 20º refere a regra de afastamento mínimo aplicado apenas às novas pecuárias. A DRAPLVT mantém o parecer de que o afastamento deve ser aplicado também às novas habitações relativamente às pecuárias existentes, sugerindo-se a inclusão do seguinte texto:

*"A construção de novas habitações deve garantir um afastamento mínimo de 200 m destas às explorações pecuárias, desenvolvidas em sistemas de exploração intensivo ou intensivo de ar livre, adaptadas ao regime jurídico da atividade pecuária em vigor. Exceção a esta regra a habitação do próprio explorador pecuário, bem como as novas construções de habitação em perímetro urbano quando não respeitem aqueles afastamentos, relativamente a pecuárias nas condições anteriores. Propõe-se que os interessados na construção de habitação naquelas condições (afastamentos mínimos não respeitados), assumam, em sede de processo de licenciamento, ter conhecimento e aceitar a existência da pecuária."*

No Espaço de Ocupação Turística, a DRAPLVT alertou que a área mínima da parcela de 2.000 m<sup>2</sup> promovia a edificação dispersa. A reformulação da Câmara acabou com esta classe de espaço e criou o Espaço de Equipamentos e Outras Estruturas que engloba aquele, assim como as áreas de Edificação Dispersa e estabelece como área mínima da parcela 10.000 m<sup>2</sup>, o que em nosso entender é aceitável. Esta posição assenta no conhecimento da estrutura predial dominante da zona, que é de minifúndio, o que determina uma probabilidade elevada de não haver parcelas com possibilidade edificatória.

Cumprimentos,

  
Marcos Barata

Diretor de Serviços

mjs/

DRAP LVT

OF/392/2014/DRO/DRAPLVT  
31-03-2014 16:15:01